

74% DOS PATRÕES PORTUGUESES POSSUÍAM EM 2007 APENAS O ENSINO BÁSICO E A TAXA DE DESTRUIÇÃO DE EMPREGO EM PORTUGAL É JÁ SUPERIOR AOS E.U.A., FRANÇA E ALEMANHA**RESUMO DESTE ESTUDO**

Um dos argumentos mais utilizados na propaganda patronal e mesmo governamental para exigir uma maior liberalização dos despedimentos e também uma maior “adaptabilidade”, que é o “novo” termo que o governo utiliza para designar a “flexigurança”, é a suposta rigidez das leis laborais portuguesas e a dificuldade das entidades patronais em poder despedir. Seria isto que justificaria a baixa produtividade e competitividade das empresas e da economia portuguesa que interessaria alterar rapidamente. A própria Comissão do Livro Branco das Relações Laborais, abandonando o rigor técnico, utiliza também tal argumento para justificar muitas das suas “recomendações”, pois na sua “Síntese e Conclusões” (pág. 68) afirma o seguinte: “Em Portugal, as relações de trabalho têm um grau reduzido de inovação e adaptabilidade” e “a posição portuguesa é fortemente contrastante com a tendência de evolução registada pelos países que se têm vindo a mostrar mais competitivos”.

No entanto, mais importante que tudo isso, que os patrões, governo e Comissão “esquecem” é que o aumento da produtividade e da competitividade das empresas depende muito da capacidade de organização e gestão dos empresários. E de acordo com dados constantes do próprio Livro Branco das Relações Laborais mais de 74% dos patrões portugueses possuíam, em 2007, apenas o ensino básico completo ou menos. É evidente que com patrões com este nível de escolaridade não é possível a inovação nem as empresas nem a economia vão longe.

Um argumento utilizado tanto pelos patrões como pelo governo, a que a Comissão do Livro Branco deu cobertura, é que as supostas dificuldades dos patrões em Portugal em despedir constituiriam um obstáculo ao aumento da produtividade e competitividade das empresas e, também, à criação de emprego. Dados contidos no próprio Livro Branco das Relações Laborais publicado pelo governo desmentem este argumento. Assim, de acordo, com esses dados, em 2005, foram destruídos 555.600 empregos e criados 550.820 empregos; e, em 2006, o número de empregos destruídos atingiu 552.400 e o número de empregos criados alcançou 539.660. Se a comparação for feita com países estrangeiros, de acordo com dados constantes do Livro Branco, a taxa média anual de destruição de emprego em percentagem do emprego total, em Portugal situou-se entre 11,4% e 11,8%, quando na França foi de 10,3%, na Alemanha de 7,5%, na Itália de 11,1% e nos Estados Unidos de 10,4%. Portanto, não é difícil destruir emprego em Portugal, ou seja, despedir.

De acordo com dados constantes do Livro Branco das Relações Laborais, em 2007, os “trabalhadores por conta própria” eram 723.700, sendo a esmagadora maioria deles “falsos recibos verdes”, pois eram de facto trabalhadores por conta de outrem. E isto porque, em 2007, 85,7% destes trabalhadores possuíam apenas o ensino básico completo ou menos e, com este nível de escolaridade, não possuíam as qualificações mínimas necessárias para poderem exercer uma actividade independente de prestação de serviços. Apesar desta situação contribuir significativamente para a elevadíssima precariedade que se verifica em Portugal e, consequentemente, baixa produtividade, mesmo assim, a Comissão do Livro Branco, apesar das promessas iniciais que faz, não apresentou qualquer “recomendação” credível para, pelo menos, reduzir este grave problema social e também económico.

Dados contidos também no Livro Branco das Relações Laborais confirmam uma denuncia que temos vindo a fazer, que é a seguinte: a protecção dos desempregados em Portugal tem diminuído com o governo de Sócrates, pois embora esteja a aumentar o desemprego, o número de desempregados a receber subsidio de desemprego tem baixado. Entre o 1º Trimestre de 2004 e o 3º Trimestre de 2007, o número de desempregados aumentou 29%, pois passou de 347.200 para 444.400, enquanto o número de desempregados a receber subsidio de desemprego diminuiu 9%, pois passou de 290.200 para apenas 264.200. Como consequência, a percentagem de desempregados a receber subsidio de desemprego que era de 83,6% no 3º Trimestre de 2004, passou para apenas 59,5% no 3º Trimestre de 2007, tendo-se verificado uma quebra muito acentuada nomeadamente a partir do 1º Trimestre de 2007. Numa altura em que o próprio governo, pela voz do seu ministro do Trabalho, fala e defende tanto a “adaptabilidade”, que é a “nova” palavra utilizada por este governo para designar a “flexigurança”, não deixa de ser ao mesmo tempo significativo e esclarecedor que este mesmo governo esteja a reduzir o apoio aos desempregados. Por aqui já se vê o tipo de “segurança” que este governo tem para “oferecer” aos trabalhadores.

O governo acabou de publicar o Livro Branco das Relações Laborais que se encontra disponível no “site” do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (www.mtss.gov.pt). Esse livro é constituído fundamentalmente por duas partes distintas e, em vários aspectos, contraditórias. E isto porque uma dessas partes contém dados que contradizem as chamadas “recomendações”..

Um dos mitos mais utilizados na propaganda patronal e mesmo governamental para justificar a necessidade de uma maior liberalização dos despedimentos e também uma maior “adaptabilidade”, que é o “novo” termo que o governo utiliza para ocultar a “flexigurança”, e que a Comissão do Livro

Branco das Relações Laborais também defende nas suas “recomendações”, é a suposta rigidez das leis laborais portuguesas e a dificuldade das entidades patronais em poder despedir. Seria isto que justificaria a baixa produtividade e competitividade das empresas e da economia portuguesa que interessaria alterar rapidamente. É nessa direcção que vão algumas das “recomendações” da Comissão do Livro Branco. Neste estudo vamos procurar analisar alguns dos dados contidos no próprio Livro Branco das Relações Laborais para ver se aquela suposta “rigidez” das leis do trabalho e a impossibilidade de despedir resiste à linguagem fria e objectiva dos números.

74% DOS PATRÕES PORTUGUESES TINHAM EM 2007 APENAS O ENSINO BÁSICO OU MENOS

A produtividade e a competitividade de uma empresa depende muito da capacidade de organização e gestão de quem a dirige. E esta depende da qualificação do empresário, o que está associado muito ao seu nível de escolaridade. Como o quadro seguinte, construído com dados que se encontram no próprio Livro Branco, mostra a esmagadora maioria dos patrões portugueses continuavam a ter em 2007 um baixíssimo nível de escolaridade.

**QUADRO I – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PATRÕES PORTUGUESES EM 2007
(Trabalhadores por conta própria com trabalhadores)**

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	1º Trim.2003 Mil	1º Trim. 2007 Mil	% do TOTAL	
			1º Trim.2003	1ºTrim.2007
1º Ciclo	124,5	102,0	40,6%	36,1%
2º ciclo+3º ciclo	119,6	107,1	39,0%	38,0%
Secundário	38,0	39,2	12,4%	13,9%
Superior	24,7	33,9	8,1%	12,0%
TOTAL	306,8	282,2	100,0%	100,0%

FONTE : Livro Branco das Relações Laborais . Pág. 22 - Dados fornecidos pelo INE

No 1º Trimestre de 2007, 74,1% dos patrões portugueses, que na linguagem do INE são designados por “Trabalhadores por conta própria com trabalhadores”, possuíam apenas o ensino básico completo ou ainda menos. Os patrões com o ensino secundário e superior representavam apenas 25,9% do total dos patrões portugueses.

O nível de escolaridade dos patrões portugueses era ainda inferior ao da restante população empregada como revelam os dados também do INE constante do quadro seguinte.

QUADRO II – Nível de escolaridade dos patrões e da população empregada sem patrões - 1º Trimestre de 2007

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	POPULAÇÃO EMPREGADA - 1ºTrim.2007			% do TOTAL	
	TOTAL	Patrões	Sem patrões	Patrões	Pop. sem patrões
Ate 3º ciclo básico	3.625,1	209,1	3.416,0	74,1%	70,4%
Secundário	774,6	39,2	735,4	13,9%	15,2%
Superior	735,9	33,9	702,0	12,0%	14,5%
TOTAL	5.135,6	282,2	4.853,4	100,0%	100,0%

FONTE: Estatísticas do Emprego – 1º Trimestre de 2007 – INE

No 1º Trimestre de 2007, segundo o Instituto Nacional de Estatística, 74,1% dos patrões possuíam apenas o ensino básico completo ou menos como já foi referido mas, na mesma data, a população empregada, excluindo os patrões, com o ensino básico ou menos representava 70,4% do total. E 29,7% desta última possuía o ensino secundário ou superior, enquanto a percentagem dos patrões com idêntico nível de escolaridade correspondia apenas a 25,9% do total dos patrões.

Embora estes dados constem do Livro Branco, surpreendentemente ou talvez não, a Comissão ignora-os, passando sobre eles como gato por brisas, talvez por eles não interessarem para as “recomendações” que pretendia fazer. Prefere culpabilizar a rigidez das leis laborais e as dificuldades dos patrões em despedir da baixa produtividade e competitividade das empresas portuguesas e apresentar “recomendações” visando alterar essa suposta situação..

A CRIAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE EMPREGO É MUITO ELEVADA EM PORTUGAL SENDO SEMELHANTE À DE OUTROS PAÍSES INCLUINDO ESTADOS UNIDOS

Um dos mitos mais utilizados na propaganda patronal e governamental é a suposta rigidez das leis laborais que dificultaria os despedimentos, o que impediria o aumento da produtividade e da competitividade das empresas portuguesas e, surpreendentemente, a criação de mais emprego. A Comissão também alinha em tal linha de argumentação pois “recomenda” uma maior liberalização dos despedimentos individuais propondo, como iremos mostrar em estudo futuro, a alteração das causas do despedimento por inadaptação com o objectivo de facilitá-lo.

O quadro seguinte, construído com dados constantes do próprio Livro Branco, mostra que, em Portugal, a destruição e criação de emprego é já muito elevado, o que desmente tal argumento.

QUADRO III – Criação e destruição de emprego em Portugal em 2005 e 2006

ANO	Mês	EMPREGO	
		Criação	Destruição
2005	3	152.820	158.740
2005	6	147.390	114.240
2005	9	121.590	139.790
2005	12	129.020	142.830
2006	3	154.450	149.640
2006	6	146.070	111.970
2006	9	119.640	143.590
2006	12	119.500	147.200
2005		550.820	555.600
2006		539.660	552.400

FONTE: Livro Branco Relações Laborais -p25- Base Dados Registo Remunerações S. Social

Em 2005, foram criados 550.820 postos de trabalho e destruídos 555.600 postos, o que significa que se verificaram 1.106.420 mudanças de situação de emprego. E, em 2006, aquela soma atingiu 1.092.060. Estes dados oficiais mostram que é falso o argumento que é muito difícil em Portugal criar e destruir emprego, ou seja, empregar e despedir.

Mesmo se estabelecermos comparações com países estrangeiros, incluindo os Estados Unidos, a situação não é muito diferente no nosso País, como revela o quadro seguinte construído com dados constantes também do Livro Branco das Relações Laborais.

QUADRO IV – Taxa média anual de criação e destruição de emprego em Portugal e em outros países

Taxas médias anuais em % do emprego total

PAISES	Taxa de criação de emprego	Taxa de destruição de emprego
Canada: 1981-1991	14,5%	11,9%
Dinamarca: 1983-1989	16,0%	13,8%
Finlândia: n1986-1991	10,4%	12,0%
França: 1991--1996	10,2%	10,3%
Alemanha: 1983-1990	9,0%	7,5%
Itália: 1984-1992	12,3%	11,1%
Suécia: 1985-1992	14,5%	14,6%
Reino Unido: 1998-2005	15,2%	14,6%
EUA: 1984-1991	13,0%	10,4%
PORTUGAL: 2001-2006 (ISS)	13,3%	11,8%
PORTUGAL: 1995-2005 (QP)	14,0%	11,4%

FONTE: Livro Branco das Relações Laborais - pág. 133

A taxa média anual de destruição de emprego em Portugal no período 1995-2006 situou-se entre os 11,4% e os 11,8%, que é superior à dos Estados Unidos, França, Alemanha, e Itália.

O que pretendem todos aqueles que utilizam o argumento de que são as dificuldades em despedir trabalhadores em Portugal que impedem o aumento da produtividade e competitividade das empresas, e mesmo a criação de mais emprego; repetindo, o que pretendem todos estes “senhores” é aumentar significativamente aquela taxa como rapidamente se conclui do quadro seguinte, construído igualmente com dados constantes do Livro Branco das Relações Laborais.

QUADRO V – Taxas de criação e destruição de emprego associadas a contratos a termo (a prazo) e a contratos sem termo

ANOS	Taxa destruição contratos		Taxa criação contratos	
	A termo	Sem termo	A termo	Sem termo
2004	32,0%	12,3%	43,8%	8,6%
2005	33,4%	12,9%	46,7%	9,3%

FONTE: Livro Branco das Relações Laborais pág. 32

A taxa de destruição de emprego associada a contratos a termo (a prazo) é cerca de 2,6 vezes superior à taxa de destruição de emprego associada a contratos sem termo. É evidente que se se

acabasse com os contratos sem termo, como se pretende liberalizando os despedimentos individuais, o que significaria que os trabalhadores com contratos sem termo pudessem ser despedidos quase da mesma forma como se consegue actualmente despedir trabalhadores contratados a prazo, a taxa de destruição de contratos aumentaria brutalmente, tornando-se muito mais elevada do que a registada em outros países, alastrando, desta forma, a insegurança total nos trabalhadores ainda abrangidos por contratos sem termo, que constituem actualmente ainda 81% dos trabalhadores por conta de outrem em Portugal

A MAIORIA DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES SÃO “FALSOS RECIBOS VERDES”

Os trabalhadores por conta própria, conhecidos também por “trabalhadores independentes” atingiam, no 1º Trimestre de 2007, mais de 723.000. E como rapidamente se conclui do quadro seguinte, construído também com dados do Livro Branco, a esmagadora maioria deles são de facto trabalhadores por conta de outrem.

QUADRO VI – Nível de escolaridade dos trabalhadores por conta própria

NIVEL DE ESCOLARIDADE	1º Trim.2003	1º Trim. 2007	% do TOTAL	
	Mil	Mil	1º Trim.2003	1ºTrim.2007
1º Ciclo	460,1	424,2	63,1%	58,6%
2º ciclo+3º ciclo	183,6	196,3	25,2%	27,1%
Secundário	52,4	46,4	7,2%	6,4%
Superior	33,3	56,8	4,6%	7,8%
TOTAL	729,4	723,7	100,0%	100,0%

FONTE : Livro Branco das Relações Laborais . pág. 22 - Dados fornecidos pelo INE

No 1º Trimestre de 2007, 85,7% dos trabalhadores independentes apenas tinham o ensino básico completo ou menos. É evidente que, com este nível de escolaridade, a esmagadora maioria deles são verdadeiros trabalhadores por conta de outrem, pois não possuem as qualificações mínimas indispensáveis para poderem exercer uma actividade independente de prestação de serviços.

A Comissão do Livro Branco, embora na pág. 90 reconheça a gravidade desta situação e afirme “que apresenta adiante propostas visando limitar a fraude dos chamados falsos recibos verdes”, no entanto parece que se “esqueceu” de o fazer pois não apresentou qualquer proposta credível e efectiva para combater eficazmente este grave problema social e económico, pois tem também reflexos negativos na produtividade e competitividade das empresas, que atinge milhares e milhares de trabalhadores, o que contribui também para a elevadíssima precariedade que se verifica no País

A PROTECÇÃO AOS DESEMPREGADOS EM PORTUGAL TEM BAIXADO COM SÓCRATES

Em outros estudos que divulgamos denunciámos a situação socialmente inadmissível que consiste no facto de, apesar do desemprego estar a aumentar em Portugal, a percentagem dos desempregados a receber o subsídio de desemprego estar a diminuir, como consequência da política fundamentalista do governo de redução do défice, em que o próprio apoio aos desempregados não escapa. Dados constantes do Livro Branco vêm confirmar essa situação como se conclui do quadro seguinte.

QUADRO VII – Variação do desemprego e do número de desempregados a receber subsídio de desemprego entre 2004 e 2007

PERIODO	Desempregados	Desempregados a receber subsidio	% de desempregados a receber subsidio
1º Trim.2004	347.200	290.200	83,6%
1º Trim.2005	412.600	298.900	72,4%
1º Trm.2006	429.600	316.600	73,7%
1ºTrim.2007	469.900	295.700	62,9%
2ºTrim.2007	440.500	276.700	62,8%
3ºTrim.2007	444.400	264.200	59,5%

FONTE: Livro Branco das Relações Laborais - pág. 137

Entre o 1º Trimestre de 2004 e o 3º Trimestre de 2007, o número de desempregados aumentou 29%, pois passou de 347.200 para 444.400, enquanto o numero de desempregados a receber subsidio de desemprego diminuiu 9%, pois passou de 290.200 para apenas 264.200. Como consequência, a percentagem de desempregados a receber subsidio de desemprego, que era de 83,6% no 3º Trimestre de 2004, passou para apenas de 59,5% no 3º Trimestre de 2007, tendo-se verificado uma quebra muito acentuada nomeadamente a partir do 1º Trimestre de 2007.

Numa altura em que o próprio governo, pela voz do seu ministro do Trabalho, fala e defende tanto a “adaptabilidade”, que é a “nova” palavra utilizada por este governo para designar a “flexigurança”, pretendendo assim ocultar aos olhos dos trabalhadores o seu verdadeiro intento, não deixa de ser ao mesmo tempo significativo e esclarecedor que este mesmo governo esteja a reduzir o apoio aos trabalhadores desempregados, em que quase metade já não recebe subsídio de desemprego. Por aqui já se vê o tipo de “segurança” que este governo tem para “oferecer” aos trabalhadores que sejam atingidos pelo desemprego.

Eugénio Rosa
Economista
edr@mail.telepac.pt
5.1.2008